

Piratini retoma ideia de privatização da CRM

Processo de desestatização da empresa começa agora e deve ser concluído em 2027, informou ontem o governo gaúcho

/ PRIVATIZAÇÕES

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Dentro da agenda de privatizações encaminhadas pelo governo gaúcho, que conseguiu vender o Grupo CEEE, a Sulgás e a Corsan, uma estatal acabou ficando de fora da lista por não contar no passado com uma condição favorável de mercado para a sua alienação: a Companhia Riograndense de Mineração (CRM). No entanto, o governador Eduardo Leite afirma que uma nova tentativa de desestatização da mineradora de carvão será realizada.

“Ela (a CRM) tem um valor justamente porque a exploração (do carvão) irá perdurar por alguns anos”, aponta o governador. De acordo com Leite, o governo pretende usar parte dos recursos que obterá com a privatização para financiar ações de transição energética no Estado. A ideia é fomentar novas economias nas regiões carboníferas para os trabalhadores dessa área poderem migrar para outras atividades.

O governador adianta que o processo de privatização da CRM começa agora e deve ser concluído em 2027 (após o fim do mandato de Leite). A secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, complementa que um fator que motivou a volta da inten-



Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, afirma que uma nova tentativa de privatização da mineradora de carvão será realizada

ção de disponibilizar para a venda a CRM foi o fato de a termelétrica a carvão Candiota 3, gerida pela Âmbor Energia, ter recebido a confirmação da extensão do seu contrato de comercialização de geração de energia até 2040.

Conforme a secretária, será feita uma avaliação da CRM para fazer a modelagem da privatização. Porém, um tópico que pode afetar o plano do governo quanto à desestatização é o questionamento na Justiça do licenciamento ambiental da termelétrica Candiota 3.

Recentemente, em uma decisão assinada pela Juíza Federal Substituta Rafaela Santos Martins da Rosa, da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, foi estipulado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o prazo de até 5 de novembro para apresentar a decisão final sobre a renovação ou não da licença de operação de Candiota 3. Caso o Ibama descumpra o prazo, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil.

“Se ela (Candiota 3) não tiver a autorização de funcionamento,

impacta o valor da CRM”, admite a secretária. No entanto, Marjorie resalta que a empresa é superavitária e tem potencial de mercado. A secretária e o governador participaram ontem, no Instituto Ling, em Porto Alegre, do evento Novas Energias.

O encontro, que contou com a presença de lideranças empresariais, autoridades, especialistas, investidores e representantes da academia, discutiu oportunidades e estratégias relacionadas à transição energética no Rio Grande

do Sul. O presidente da Invest RS - Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Rafael Prikladnicki, frisa que o tema é estratégico para o Estado.

Ele argumenta que se trata de uma oportunidade para a economia gaúcha. Dentro do plano de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, o dirigente comenta que a Invest RS tem 71 projetos em carteira, que somam R\$ 28 bilhões em investimentos, e desses empreendimentos, 24 são ligados à transição energética.

Governo anuncia retirada de subsídio do diesel e indica corte no benefício à gasolina

/ COMBUSTÍVEIS

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, informou ontem que, a partir de hoje, o governo vai tirar a subvenção por litro do diesel. “Fomos atentos para colocar o auxílio e também seremos para retirar”, disse, durante entrevista coletiva dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em Brasília, sobre combustíveis.

“Estamos anunciando que a partir de amanhã (hoje), portanto a partir do mês de julho - nós vamos fazer sempre com cuidado, a ainda alguma incerteza no futuro em relação à guerra - nós já estamos tirando a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel”, disse o ministro.

Ele explicou que assinou

uma portaria, que será publicada nesta quarta, já gerando efeitos de imediato.

A medida, segundo o ministro, visa a cumprir com os compromissos feitos antes. “A gente não vai parar por aqui. Está em avaliação a outra subvenção do diesel, que é uma subvenção de R\$ 1,15 e também em especial da subvenção de R\$ 0,44 por litro da gasolina”, citou.

Também “muito em breve”, conforme Durigan, o governo também vai fazer um anúncio de uma retirada ao menos em princípio ou no mínimo gradual parcial também da subvenção da gasolina.

Até aqui, com a disparada dos preços de petróleo no mercado internacional, o governo estava concedendo subsídio de R\$ 1,12 por litro de óleo diesel; de R\$ 0,44 por litro da gasolina e de

R\$ 11,00 por botijão de gás de 13 quilos. Esta foi a saída encontrada pela equipe econômica de ten-



Governo já executou R\$ 1,003 bi da subvenção ao diesel, disse Durigan

tar minimizar possíveis impactos na inflação doméstica.

A Fazenda informou que o governo já executou R\$ 1,003 bilhão da subvenção ao diesel. Nos últimos dias, Estados Unidos e Irã retomaram as negociações para reduzir a escalada militar e garantir o tráfego no Estreito de Ormuz.

Durigan afirmou também que o Projeto de Lei Complementar (PLP) dos Combustíveis perde a razão de ser dado o fim da guerra entre Estados Unidos e Irã.

“Um projeto de lei complementar que não avançou, e nesse momento perde a razão de ser, e, em razão do fim da guerra, fizemos uma subvenção condicionada ao não repasse dos valores dos tributos, seja no diesel, seja na gasolina”, disse.

Ele salientou que o governo

continua em “permanente reavaliação” desses custos fiscais e ao mesmo tempo do impacto dos preços no País. “Nossos compromissos aqui são o de não manter o preço artificial. Precisamos ter toda a nossa inteligência e os instrumentos colocados a nossa disposição para amortecer o custo da guerra, não ter impacto no País, de maneira a não prejudicar nossa população”, citou.

O ministro acrescentou que a reavaliação do quadro tem sido diária. “Todo dia a gente conversa para entender como estão os níveis de preço - seja o do preço do petróleo, seja o nível de preço no país, a partir, inclusive, das publicações da Agência Nacional de Petróleo -, que tem permitido maior transparência na questão das margens, seja na gasolina, seja no diesel, mas também nos outros combustíveis”, explicou.